



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

OS DIREITOS DAS PPNES E A GESTÃO ESCOLAR

Poliana Paulino da Silva¹
Juliana Nobre Nobrega²
Luciane Victorino Barbosa³
Eliete dos Santos Silva⁴
Cleidejane Soares de Barros⁵
Alecy Melo dos Santos

RESUMO

O objetivo deste trabalho é delinear as relações da gestão escolar e a documentação oficial da Proposta de Educação Inclusiva. E tem como pergunta norteadora: Como a gestão escolar vem possibilitando a educação inclusiva seguindo as orientações dos documentos oficiais? A pesquisa analisou produções científicas publicadas entre 2018 e 2023, nos sites: Periódicos Capes, BVS e Scielo. O período de coleta dos dados correu no mês de julho de 2023. Como critério de inclusão foram utilizados artigos científicos relacionados ao tema e com menos de 5 anos de publicação e, como critérios de exclusão, artigos científicos que não contemplam a temática gestão escolar e educação inclusiva. Como sabemos, a educação inclusiva é um dos novos desafios para a gestão escolar face às novas exigências que se colocam às escolas no contexto de uma sociedade democrática e em mudança. Hoje, as escolas estão ganhando atenção pública em uma sociedade global e economia baseada no conhecimento, reconhecendo que a educação tem grande valor estratégico e é uma importante condição qualitativa para o desenvolvimento pessoal em qualquer meio social.

Palavras-chave: Inclusão; Educação especial; Gestão escolar.

¹ E-mail: poly_paulino@hotmail.com

² E-mail: juliananobre.bsa@outlook.com

³ E-mail: lucianebarbosa06@hotmail.com

⁴ E-mail: ellymendes71@gmail.com

⁵ E-mail: dr.csb@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a temática dos direitos das PPNEs e a gestão escolar. Trata-se de uma temática relevante e muito debatida no meio acadêmico. E, tem como pergunta norteadora: Como a gestão escolar vem possibilitando a educação inclusiva seguindo as orientações dos documentos oficiais?

Nessa perspectiva, a questão é analisar se a gestão escolar do ensino regular vem garantindo os direitos educacionais das pessoas portadoras de necessidades especiais e permite que elas tenham pleno acesso à educação da maneira igualitária.

As conversas sobre a construção de processos inclusivos nas escolas regulares devem refletir uma mudança de paradigma na participação das pessoas com deficiência na sociedade, uma vez que as práticas escolares permeiam e conduzem às mentalidades atuais. Com o tempo, episódios de separação e exclusão deram lugar a conceitos de normalização, inclusão e integração a partir do século XX. Essas mudanças socioculturais estão relacionadas ao movimento de defesa dos direitos e reconhecimento das minorias na esteira da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948, que afirma que todas as pessoas são iguais perante a lei, incentivando a ação política

global contra sociedades e culturas desfavorecidas (CARVALHO; LINO 2022)

Vários cenários sociais, como a designação de 1981 como o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência pela Organização das Nações Unidas, nos levam a estabelecer limites de atuação, podendo cada país desenvolver ações em todas as áreas da sociedade relevantes para este grupo populacional (LOPES, 2018).

No que diz respeito à educação, uma das principais atividades refere-se à publicação da Declaração de Salamanca de 1994, que propunha que os países pudessem desenvolver políticas para construir uma educação inclusiva. Os sistemas educacionais precisariam acomodar a diversidade com métodos de ensino centrados no aluno, adaptados à cada necessidade individual. Para tanto, ressalta-se a urgência da pesquisa e desenvolvimento de práticas de gestão mais flexíveis relacionadas à cooperação entre os diversos profissionais da escola, mobilização de recursos e formação contínua de professores (BRIGIDA, 2021).

O processo inclusivo de alunos com deficiência nas escolas regulares é coerente com um processo democrático, participativo e reflexivo de reconstrução de gestão. Para a construção de comunidades inclusivas, a gestão considera como objetivos da escola preparar equipes para o trabalho colaborativo, compartilhando

conhecimento e proporcionando tempo para que os professores reflitam sobre suas práticas pretendidas, onde possam planejar e avaliar os resultados esperados. (MELLO; MENEZES, 2018)

Como esses profissionais servem para direcionar e coordenar as ações dos demais profissionais da escola, não há dúvida de que é importante realizar pesquisas que subsidiem as ações de gestão para a implementação inclusiva. Para ajudar a criar o cenário educacional desejado, precisamos aproximar as realidades das escolas, bem como os aspectos acadêmicos, bem como as organizações de aprendizagem. Além disso, uma gestão adequada dos ambientes escolares com alunos com deficiência pode estimular a reestruturação dos contextos sociais com base na coexistência da diversidade, mudando assim a mentalidade da próxima geração (OMOTE, 2018).

Levando em consideração o trabalho da gestão escolar na promoção e sustentação da implementação da educação inclusiva, surge a questão de como o planejamento acadêmico contribui para direcionar os esforços dos gestores

escolares, sobre a construção de uma educação inclusiva nas escolas e como as ações destes gestores correspondem à realidade educacional.

Assim sendo, o objetivo deste estudo foi verificar a situação da liderança escolar, destacando o viés sistêmico, relacionar as descobertas acadêmicas sobre esse tópico ao desempenho do gestor e orientar os resultados futuros na busca para contribuir de maneira prática.

MÉTODOLOGIA

A metodologia aplicada ao presente artigo é a revisão sistemática, que apresentou as etapas dispostas no Quadro 1 abaixo. Respeitando a identificação dos artigos pré-selecionados e selecionados através da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos; formação de uma biblioteca individual, bem como, a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a exposição da revisão no formato de artigo, que apresenta sugestões para estudos futuros.

Quadro 1 – Etapas da Revisão Sistemática. Como a gestão escolar vem possibilitando a educação inclusiva seguindo as orientações dos documentos oficiais?

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO		
1ª	Tema	Os Direitos das PPNEs e a Gestão Escolar		
	Pergunta norteadora	Como a gestão escolar vem possibilitando a educação inclusiva seguindo as orientações dos documentos oficiais?		
	Objetivo geral	verificar a situação da gestão escolar, destacando o viés sistêmico e relacionar as descobertas acadêmicas sobre esse tópico ao desempenho do gestor.		
	Estratégias de busca	1. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; 2. Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH; 3. Uso de metadados (filtros).		
	Bancos de terminologias	Banco	Link	
		DeSC	http://decs.bvs.br/	
		MeSH	https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh	
	Descritores livres e estruturados	Descritor	DeSC (Registro)	MeSH (Identificador Único)
		Gestão Escolar	11325	D011640
		Educação Inclusiva	5261	D004493
	String de busca	Gestão Escolar END Educação Inclusiva		
Bibliotecas Virtuais	Link			
	BVS	https://bvsalud.org/		
	Scielo	https://search.scielo.org/		
	Periódicos Capes	https://www.periodicos.capes.gov.br/		
2ª	Período de coleta dos dados	Julho de 2023		
	Crítérios de inclusão	1. Texto (artigos de espécie científico). 2. Publicação (2018-2023).		
	Crítérios de exclusão	1. Artigos que não contemplam a temática “Gestão Escolar e Educação Inclusiva”.		
3ª	Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).			15
4ª	Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados <i>online</i> gratuitos e de livre acesso.			02
5ª	Tecnologias digitais utilizadas	Tecnologia (software ou website)	Link	Utilidade
		WordArt: Nuvem de palavras	https://wordart.com/	Construir nuvem de palavras e frequência das palavras-chave para criar as categorias temáticas.

Fonte: Elaborada pelo autor.

RESULTADOS**Quadro 2** – Total de documentos disponíveis nas Plataforma BVS e Scielo, obtidos por string de busca.

String de busca	Bases de dados Plataforma	Total de publicações sem o filtro	Publicações disponíveis após aplicar os filtros	Publicações aproveitadas na Revisão Sistemática
Gestão Escolar AND Educação inclusiva	BVS	230	98	09
	Scielo	20	09	02
	Periódicos Capes	117	46	04
	TOTAL	367	153	15

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com o quadro 2, as plataformas pesquisadas disponibilizaram 367 artigos científicos relacionados a pesquisa, com a utilização de filtros 153 artigos científicos continuaram atendendo os critérios de inclusão, e destes foram

realizados 15 downloads, por corresponderem a todos os critérios de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática.

Quadro 3 - Descrição dos artigos conforme os critérios de inclusão.

ARTIGO	AUTOR(A)	TEMA	ANO DA PUBLICAÇÃO	CONCLUSÃO
1	Meiriene Cavalcante Barbosa	Perspectivas e desafios para a educação inclusiva: o atendimento educacional especializado (aee) como força motriz da inclusão	2018	Nesse processo de reconstrução do sistema escolar, têm-se, igualmente, ganhos para os alunos fora de situação de deficiência, e seus familiares, pela elucidação das questões desconhecidas, que lhes permitirá ter um olhar esclarecido e não preconceituoso sobre as diferenças, assim como ter um convívio mais amplo e completo na sociedade
2	Mariana Moraes Lopes	Perfil e atuação dos profissionais de apoio á inclusão escolar	2018	Dessa forma, evidencia-se a importância dessa diferenciação e definição da função de cada profissional de acordo com sua competência, e justifica-se necessidade de ampliação da rede de serviços para inclusão escolar, com a disponibilidade de diferentes profissionais que deverão ser encaminhados de acordo com as necessidades apontadas por cada aluno após avaliação prévia.
15	Eliana Pereira de Menezes e Vanessa Shceid Santanna de Mello	A produção de práticas de normalização nos discursos orientadores/r eguladores do Atendimento	2018	Contudo, destacamos a importância de se estabelecer esse debate para continuarmos a tensionar e a problematizar práticas, discursos, contextos e políticas públicas de modo contextualizado, demonstrando que existem múltiplas possibilidades de se desenvolver práticas de maneira mais inclusiva na escola e que essas estão

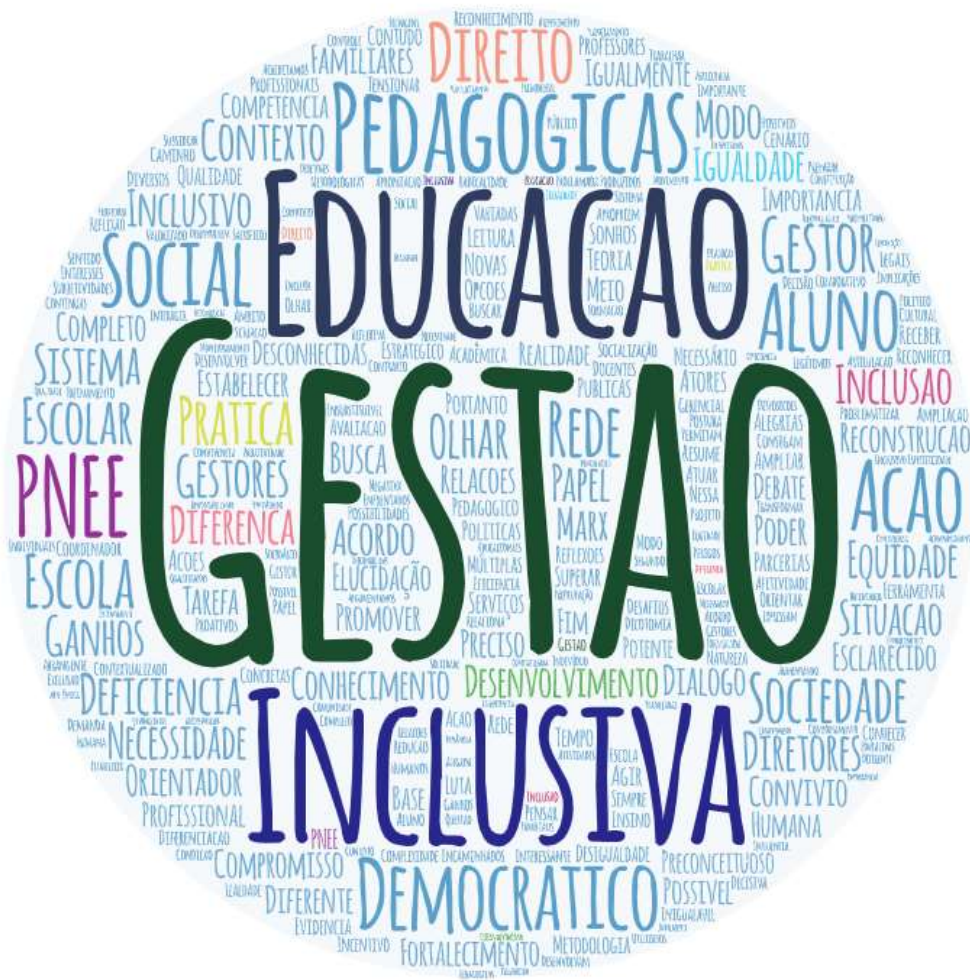
		Educacional Especializado		pautadas nas subjetividades dos atores que na escola atuam.
4	Bruna Viedo Kich	Narrativas de gestores de escolas públicas frente à política de inclusão escolar	2018	O incentivo ao trabalho colaborativo pode ser uma forma interessante e potente de estabelecer parcerias, de se fazer reflexões e de se promover diálogos que consigam ampliar a leitura sobre os processos inclusivos no contexto escolar inclusivo.
5	Christianne Thatiana Ramos Souza e, Eniceia Gonçalves Mendes	Revisão sistemática das pesquisas colaborativas em educação especial na perspectiva da inclusão escolar no Brasil	2018	Através da pesquisa foi possível reconhecer que mesmo dentro de toda complexidade das relações humanas, o papel da educação é inigualável e insubstituível. Para que este papel tão importante da educação aconteça na prática é preciso qualidade, eficiência, competência, diálogo e afetividade para transformar sonhos em alegrias concretas
6	Sadao Omote	Atitudes sociais em relação à inclusão: recentes avanços em pesquisa	2018	Um possível caminho é a articulação entre a pesquisa acadêmica e prática profissional por meio de pesquisa-ação e outras metodologias que permitam conhecer a realidade e especificidade do cenário inclusivo, e ao mesmo tempo que os docentes se apropriem dos conhecimentos e desenvolvam uma proatividade em busca de conhecimentos e variadas opções metodológicas e práticas frente aos diversos desafios enfrentados
7	Paulo Freire	Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa	2019	A preocupação com a natureza humana a que devo a minha lealdade sempre proclamada. Antes mesmo de ler Marx já fazia minhas as suas palavras: já fundava a minha radicalidade na defesa dos legítimos interesses humanos.
8	Adriana Marques dos Santos Laia Franco e Gabriel Eduardo Schutz	Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado	2020	A luta por igualdade e pelos direitos das pessoas com deficiência não é recente e se insere em um processo de reconhecimento e legitimação. Nesse processo de reconstrução do sistema escolar, têm-se, igualmente, ganhos para os alunos fora de situação de deficiência, e seus familiares, pela elucidação das questões desconhecidas, que lhes permitirá ter um olhar esclarecido e não preconceituoso sobre as diferenças, assim como ter um convívio mais amplo e completo na sociedade.
9	Débora Dainez e Ana Luiza Bustamante Smolka	A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva	2020	Falar de constituição social do indivíduo é, portanto, diferente de falar em socialização das ações individuais, e demanda outras implicações educacionais. Com base nisso, argumentamos que a função social da escola não se resume à socialização/convivência; relaciona-se, sim, ao trabalho de ensino e à apropriação do conhecimento valorizado, condição de

				desenvolvimento cultural orientador da personalidade.
10	Eulália Cardoso Machado e Ana Maria Falsarella	Nova gestão pública, educação e gestão escolar.	2020	Por fim, acreditamos que a escola faz diferença na redução de processos de desigualdade produzidos fora dela, que pode levar à equidade pelos processos que nela se desenvolvem ou pelo contrário, pode atuar de forma negativa aumentando a desigualdade social. A postura dos gestores escolares tem influência decisiva nessa questão. A gestão, para além do atendimento às disposições legais, precisa estar atenta aos modos de interagir, de trabalhar, de agir e de pensar as práticas educativas junto à comunidade escolar
11	Claudiceia Ribeiro Ferreira	O modelo de gestão na ótica do diretor de escola do programa ensino integral	2020	Do ponto de vista do gestor, as ferramentas de gestão para acompanhamento, monitoramento e controle da dinâmica de trabalho se expressam como responsabilidade compartilhada "para buscar alunos, professores ou apoios e qualificações". No movimento ação-reflexão-ação, a metodologia e o planejamento estratégico são utilizados nas atividades pedagógicas para preparar o trabalho escolar e utilizá-lo como ferramenta para subsidiar a tomada de decisão dos diretores como tarefa formulada na educação de todos os alunos.
12	Vanessa Maria Vicente Umemura e Sanny Silva da Rosa	Desafios dos coordenadores pedagógicos de São Caetano do Sul, ABC Paulista: um estudo baseado na pesquisa-ação colaborativa	2020	A alegada tarefa primordial do coordenador pedagógico de promover a formação continuada dos professores no âmbito da escola só faz sentido se intimamente articulada a um projeto político-pedagógico construído de forma reflexiva e negociada e em função de uma qualidade de educação que só pode ser adjetivada de "social" se, primeiro, for entendida como bem público e, segundo se for forjada em ambiente solidário e democrático.
13	Carolline Septímio, Leticia Carneiro da Conceição e Vanessa Goes Denardi	Poderes e perigos da política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida	2021	No campo estratégico das relações de poder, como o outro termo destas, as resistências se expõem como "possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício" (FOUCAULT, 1988, p. 91). Assim, nossa análise da PNEE busca, portanto, tecer nós desta rede de poderes e perigos, ampliando seu alcance e se abrindo a novos pontos na trama da garantia do direito à educação inclusiva.
14	Izane Flexa Santa Brígida	Educação inclusiva: dos avanços à	2021	A educação inclusiva escolar é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora que produz ressignificação. Incluir é necessário, sobretudo para o

		legalização do retrocesso		fortalecimento da escola. A escola democrática é produzida na diferença, é preciso expulsar a exclusão da escola e esta é uma necessidade que emerge das modificações da sociedade.
15	Camila Lopes de Carvalho e Carolina Matteussi Lino	Gestão escolar na educação inclusiva: a produção acadêmica stricto sensu paulista e uma realidade escolar	2022	Para mudar a realidade, é urgente superar a dicotomia entre a teoria acadêmica e a prática gerencial. Isso não apenas exige que os gestores sejam proativos em receber o treinamento tão necessário, mas também requer novas pesquisas contínuas para orientar o comportamento dos gerentes em um contexto abrangente.

Fonte: Plataformas: BVS, Scielo, Periódicos Capes, 2023.

Figura 1 - Nuvem de Palavras



Fonte: Elaborada pelo autor.

Através da Nuvem de Palavras - Figura 1, foi possível desenvolver as categorias a partir das palavras em evidência na nuvem de acordo com a análise de conteúdo de Bardin. Assim, foi elaborado a Tabela 1 com a frequência de

palavras e as categorias obtidas. Em conformidade com o objetivo da pesquisa, utilizou-se as palavras que apresentaram maior frequência total e que possuem sentido para pesquisa.

Tabela 1 - Frequência das palavras (Plataforma *WorArt*).

PALAVRAS	FREQUÊNCIA	CATEGORIAS
Gestão	5	Gestão Escolar voltada para educação inclusiva.
Educação	4	
Inclusiva	4	
Pedagógicas	3	
Democrático	3	
Social	3	
Direito	3	
Desenvolvimento	3	
Aluno	3	Direitos educacionais para PPNE
Deficiência	3	
Sociedade	2	
Necessidade	2	
Contexto	2	
Inclusivo	2	
Gestor	2	

Fonte: Elaborada pelo autor.

DISCUSSÕES

1 O EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O GESTOR ESCOLAR

Ao se falar em inclusão escolar, inicialmente entendemos que a inclusão é muito mais que somente uma adaptação em um espaço físico para alunos com alguma deficiência. Determina a importância de uma mudança profunda nas escolas, incluindo a metodologia, os conteúdos pedagógicos e, sobretudo, a participação de todas as pessoas como parte de um processo abrangente em que os gestores desempenham um papel importante na

implementação das atividades elaboradas. Partindo deste ponto, buscamos entender na lei, sobre os gestores educacionais sobre a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino. (MELO; ARAÚJO, 2018).

Nesse contexto, a LDB 9.394/96 consta no art. 14 estipula que o sistema de ensino, levando em consideração suas características, determinará as normas de gestão democrática da educação nacional na educação básica de acordo com os seguintes princípios: I – Envolvimento de especialistas no desenvolvimento de projetos educacionais escolares; II – Envolvimento da Escola e da Comunidade

no Conselho Escolar ou Equivalente. (SEPTIMIO; CONCEIÇÃO; DENARDI, 2021)

A gestão no processo democrático é um assunto bastante ambíguo nos cenários educacionais, principalmente nas escolas públicas, que tendem a valorizar a liderança com base no conservadorismo autoritário. Pode-se entender que a escola é vista como uma organização social, cultural e humana na qual todos os participantes devem determinar seu funcionamento e participar ativamente do processo escolar para o bom desenvolvimento das atividades elaboradas. Desse modo, o gestor precisa promover a política de gestão democrática da participação da comunidade escolar e, a partir deste princípio, a instituição deve repensar o papel do gestor. (OMOTE, 2018)

Em 1988, a Constituição Federal determinou os princípios da educação no Brasil a gratuidade, a liberdade, a obrigatoriedade, a igualdade e gestão democrática regulados por lei. Nesse contexto, os educadores buscam uma gestão mais democrática que favoreça uma educação equitativa e de qualidade. Essa abordagem de gestão democrática requer a participação de todas as partes da comunidade escolar e incentiva uma atitude dinâmica evidenciada pela diversidade e diferentes formas de entender as escolas (BARBOSA, 2020).

Portanto, é preciso compreender a conduta pedagógica dos gestores escolares, pois a promoção de políticas de gestão democrática que busquem o envolvimento de todos nos processos que ocorrem no ambiente escolar é entendida como uma de suas principais responsabilidades. No processo de integração, é importante que as lideranças promovam a integração, aprimorem os processos educativos nas salas de aula e nas organizações escolares e busquem qualidade e transparência nas atividades de gestão escolar. (CARVALHO; LINO, 2022)

A gestão está relacionada ao papel do líder pedagógico no cotidiano escolar. É certo que cabe aos gestores adequar o ideal de atendimento à diversidade das escolas inclusivas, rejeitando as formas tradicionais de planejamento que decorrem do trabalho técnico isolado e obrigando-as a adotar metodologias colaborativas. Nesse contexto, os gestores têm a responsabilidade de acompanhar diariamente as atividades desenvolvidas no ambiente escolar, comunicando aos professores as necessidades e os desafios e que eles enfrentam e focando no trabalho com alunos que possuem deficiência. (MENEGAT, 2018)

Ao desenvolver o Projeto Político Pedagógico, o diretor que é o responsável pelo ideal de educação inclusiva precisa trazer esse tema com os professores e

questionar sobre as práticas de inclusão que devem ser trabalhadas dentro da sala de aula. Uma escola inclusiva é entendida fundamentalmente como uma escola democrática pautada pelo diálogo e práticas participativas. (FERREIRA, 2020)

Para isso, é preciso construir uma comunidade inclusiva que inclua planejamento e desenvolvimento de currículo. Em seguida, é importante preparar a equipe para colaborar, compartilhar conhecimentos, desenvolver pesquisas em andamento e estabelecer vínculos de comunicação entre todos os envolvidos no processo inclusivo para permitir a reflexão crítica sobre as práticas desenvolvidas. Assim, quando os gestores dão oportunidade de participação a todos, promovem a educação inclusiva, afirmando o diálogo entre toda a comunidade escolar. (MACHADO; FALSARELLA, 2020)

No entanto, com base na pesquisa realizada, não se pode concluir que os diretores são os únicos responsáveis pela adoção da educação inclusiva, mas é importante considerar outros fatores que incluem a epistemologia subjacente, para além das técnicas de intervenção pedagógica e da eficácia do processo de aprendizagem; as atividades de aprendizagem; a relevância do trabalho em equipe multidisciplinar nas escolas; interação social entre todos os membros da escola; formação continuada de

professores, objetividade, conteúdo teórico e prático, facilitação da aprendizagem entre os professores e, a infraestrutura é suficiente. Assim, entendemos que todas as atividades realizadas no ambiente escolar devem ser pautadas no dinamismo e orientação do gestor, especialmente as atividades inclusivas. (FERREIRA, 2020)

2 GESTÃO INCLUSIVA E O MEIO ACADÊMICO

Inclusão na educação significa oferecer educação de qualidade para qualquer pessoa, valorizando e reconhecendo a diversidade de nossos alunos. A individualidade é levada em conta no processo da construção do conhecimento e repensar e transformar a educação no âmbito da educação e da política. A atuação de toda a equipe escolar, desde a equipe docente, administrativa e de limpeza, além das famílias e alunos, é fundamental para a concretização desses ideais. (HONEFF, 2018)

Entre esses profissionais, os gestores desempenham um papel fundamental na promoção do ambiente escola e no avanço de tendências inclusivas, isso porque a criação de uma cultura inclusiva requer condições democráticas em que todos possam participar e cria melhores condições para a transformação da escola, de uma forma que permita um ambiente inclusivo. Pesquisas com foco nesses

especialistas tornam-se importantes porque as características pessoais e os comportamentos dos líderes dificultam a possibilidade de construir culturas escolares e criar ideais inclusivos. (HONEFF, 2018)

A partir do contexto sociocultural em constante mudança, os desenvolvimentos acadêmicos dos planos de Pós-Graduação na área inclusiva têm contribuído para o desenvolvimento contínuo de conhecimentos de ponta e para a formação de novos profissionais e dos que já atuam em suas áreas de formação. Ele marca mudanças na prática com base em várias necessidades atuais, em um contexto abrangente, um currículo elaborado pela gestão escolar incentiva a reflexão sobre os últimos desenvolvimentos no assunto, reúne conhecimento e expõe dilemas essenciais a serem investigados. (BORGES, 2019)

Embora a gestão inclusiva tenha surgido como objeto de pesquisa relativamente recente, alternativas surgem como variáveis justificadoras nessas circunstâncias, entre as quais se destacam dois poderosos fatores: a construção socioeducativa de princípios inclusivos e a ressignificação da gestão democrática. (UMEMURA; ROSA, 2020)

A primeira tem a ver com o recente debate sobre a inclusão social da educação. A expansão da discussão internacional sobre a inclusão de pessoas com deficiência

só cresceu significativamente a partir da década de 1980, quando a Organização das Nações Unidas declarou 1981, o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência. Após a ação internacional, foi somente após a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 e a LDB em 1996 que as pessoas com deficiência tiveram acesso garantido às escolas regulares no Brasil. Expressivas providências emergem, portanto, de vários aspectos do processo de ingresso neste internato nos próximos anos, enaltecendo o árduo trabalho e dedicação à pesquisa a ser realizada. (UMEMURA; ROSA, 2020)

Ao final, forma-se o conceito de gestão, e seus diversos aspectos e funções que só puderam ser estudados após a unificação da terminologia. Os autores citados defendem que os estudos sobre os aspectos técnicos da gestão escolar desde a década de 80 estão construindo as bases para o conceito de gestão democrática relacionado à demanda social pela redemocratização no Brasil. Nos anos 2000, simultaneamente à gestão, novos conceitos começaram a ser estudados e amparados por sua inclusão em legislações nacionais que formulavam uma governança democrática em instituições escolares destinadas a agir generosamente para que todos pudessem participar neste cenário, e tem como objetivo proporcionar atendimento de qualidade a todos os alunos, inclusive os

alunos com deficiência. (UMEMURA; ROSA, 2020)

A falta do conhecimento da teoria educacional, da legislação e do contexto sociopolítico da educação inclusiva impede que o gestor forneça os recursos necessários e organize a prática para a implementação inclusiva. Por outro lado, comportamentos inadequados se transformam em práticas de centralização, principalmente comportamentos burocráticos e ineficazes em relação às necessidades educacionais atuais. (KICH, 2018)

Para superar essas barreiras, este estudo destaca a necessidade de processos democráticos por parte da gestão escolar, formação de liderança baseada no vínculo entre teoria e prática, como resolução de problemas, e construção de parcerias escolares com especialistas multidisciplinares. (KICH, 2018)

Falta a criação de um referencial teórico atualizado com a mudança socioeducativa atual para apoiar práticas que realmente atendam às necessidades inclusivas. O primeiro passo na construção de uma escola inclusiva é refletir criticamente sobre o conceito de nossa escola e criar o conceito de escola que queremos. (SOUZA; MENDES, 2018)

CONCLUSÕES

Os problemas de deficiências físicas e mentais que assolam a humanidade desde

os primórdios da civilização ocidental têm despertado o estranhamento e, geralmente, causam repulsa daqueles que se consideram “normais”. Lidar com as diferenças, principalmente aquelas que limitam a autonomia e por vezes a rejeitam para outra ordem, sempre foi um obstáculo nas relações.

A deficiência deixou de ser uma condição abominável e indigna de viver em sociedade para ser uma condição médica que requer profissionais especializados e tratamento especial em instituições especializadas. Ao longo dos séculos, acontecimentos históricos, tecnológicos, científicos e sociais acompanharam e demonstraram que a cidadania pode ser exercida independentemente do seu estado físico e mental.

Assim, hoje estamos pensando no papel dos gestores educacionais em relação às instituições de ensino. Devemos ir além do papel de gestores e líderes educacionais para atuar como moderadores em grupos de educadores que praticam os princípios da educação, enfatizando o papel da liderança e informando a evolução das discussões envolvendo pessoas com deficiência de todos os tipos, como a de desenvolvimento, superdotação e alta habilidade, pois é parte integrante do bom funcionamento do sistema educacional. Os gestores devem conscientizar e educar todos os membros da

escola sobre a necessidade de implementar um processo de inclusão eficaz.

Nesta perspectiva, acreditamos que o diálogo e a ação das organizações e administrações educativas devem estar em consonância com os programas integrais e humanos da educação para todos. Juntamente com legislação inclusiva, escolas inclusivas e liderança inclusiva, devemos construir uma cultura inclusiva. Portanto, o debate e a pesquisa sobre inclusão devem ser continuados e aprofundados, incluindo um maior grau de diálogo aberto sobre o assunto, para que soluções possam ser propostas para suprir a lacuna entre teoria e prática inclusiva.

Por fim, percebe-se que o papel dos gestores escolares é importante em relação ao ingresso de alunos que possuem alguma deficiência, onde a educação precisa ser garantida para a admissão de alunos com deficiência. Eles têm condições para construir conhecimento, de ser cidadãos pensantes e críticos e de mudar a realidade. No entanto, entende-se que os administradores enfrentarão desafios no desempenho de suas funções, mas com o apoio de toda a equipe, soluções para os obstáculos podem ser encontradas e proporcionar um ambiente amigável e inclusivo no qual os alunos permaneçam e tenham sucesso em aprender na escola.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Meiriene Cavalcante. **O atendimento educacional especializado como força motriz da inclusão escolar**. In: MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria. Teresa. Eglér. (org.). Educação e inclusão: entendimento, proposições e práticas. Blumenau: Edifurb, 2020. p. 181-202.

BORGES, L.de L. **Modos de pensar a infância: um convite ao pensamento a partir da educação especial**. Dissertação (Mestrado em Educação) –UFSM, Santa Maria. 2019.

BRIGIDA, I. F. S.; LIMEIRA, C. S. **Educação inclusiva: dos avanços à legalização do retrocesso**. Diálogos e Diversidade, v. 1, 2021.

CARVALHO, C. L; LINO, C.M. **Gestão escolar na educação inclusiva: a produção acadêmica stricto sensu paulista e uma realidade escolar**. Monografia, 2022.

DAINEZ, D.; SMOLKA, A. L. B. **A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e187853, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro\São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HONNEF, C. **O trabalho docente articulado com concepção teórico-prática para a educação especial**. Tese (Doutorado em Educação) –UFSM, Santa Maria. 2018.

KICH, B.V. **Narrativas de gestores de escolas públicas frente à política de inclusão escolar: um estudo de caso na região centro-oeste-RS.** Monografia (Especialização) –UFSM, Santa Maria. 2018.

LOPES, M. M. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. 2018.

MACHADO, Eulália Cardoso; FALSARELLA, Ana Maria. **Nova gestão pública, educação e gestão escolar.** *Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara*, v. 24, n. 2, p. 372-389, maio/ago., 2020. e-ISSN: 1519-9029.

DOI:<https://doi.org/10.22633/rpge.v24i2.13255>

MELLO, V.S. S. de; MENEZES, E. da C.P. de. **A produção de práticas de normalização nos discursos orientadores/reguladores do Atendimento Educacional Especializado.** *Revista Educação Especial, Santa Maria*, v. 27, n. 50, p. 725-736, set./dez. 2018 Santa Maria Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em:10 julho.2023.

ROCHA, M. G. S. **Os sentidos e significados da escolarização de sujeitos com deficiência múltipla.** 2018. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018.

REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL, v. 35, 2022 – Publicação Contínua – Qualis – A2. Disponível em:

<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>

SEPTIMIO, Caroline; CONCEIÇÃO, Leticia; DENARDI, Vanessa. **Poderes e perigos da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida.** *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, v. 2, n. 3, p. 249-262, jan./mar. 2021.

SOUZA, Christianne Thatiana Ramos; MENDES, Eniceia Gonçalves. **Revisão sistemática das pesquisas colaborativas em educação especial na perspectiva da inclusão escolar no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação Especial, Rio de Janeiro*, v. 23, n. 2, p. 279-292, abr./ jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sxPMLY5ZBTgWMJVfkdsGQdP/abstract/?lang=p>. Acesso em: 05 julho. 2023.

OMOTE, Sadao. **Atitudes sociais em relação à inclusão: recentes avanços em pesquisa.** *Revista Brasileira de Educação Especial, Rio de Janeiro*, n. 24, p. 21-32, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/VKFFLxSr5GW6LKq9P7crnFt/?lang=pt>. Acesso em: 08 julho. 2023.

UMEMURA, V. M. V.; ROSA, S. S. **Desafios dos coordenadores pedagógicos de São Caetano do Sul, ABC Paulista: um estudo baseado na pesquisa-ação colaborativa.** *Interações, Campo Grande*, v. 21, n. 1, p. 81-92, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122020000100081&script=sci_arttext. Acesso em: 11 julho. 2023.